

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MARCELO VOGES GUERGUEN

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL E NO
PARAGUAI APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA DO
SUL**

PORTO ALEGRE
DEZEMBRO/2010

MARCELO VOGES GUERGUEN

**Políticas Públicas de Juventude no Brasil e no Paraguai
após a Redemocratização na América do Sul**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte das atividades para obtenção do título de Bacharel do curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Marques

Porto Alegre
Dezembro/2010

Autoria: Marcelo Voges Guerguen

Título: Políticas Públicas de Juventude no Brasil e no Paraguai após a Redemocratização na América do Sul

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte das atividades para obtenção do título de Bacharel do curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data da aprovação: 10 de dezembro de 2010.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Luiz Marques - Orientador

Prof. Me. Luciana Ballestrin - UFRGS

Prof. Me. Bruno Ricardo Viana Sadeck dos Santos - UFPel

DEDICATÓRIA

*Dedico essa monografia a todos os
movimentos juvenis e a juventude em geral
que buscam construir um mundo mais justo e
sustentável.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço este trabalho a primeiramente Luíza, meu porto seguro que me deu todo o apoio necessário para realizar este projeto, e a Clarice, para que, quando ela chegar em sua juventude, possa contribuir na construção de um futuro melhor.

A meus pais, Francisco e Rosane, que sempre me incentivaram a buscar respostas aos meus questionamentos.

Agradeço também ao meu orientador, Prof. Luiz Marques, que aceitou participar na elaboração desse tema tão importante para a cultura desse Séc. XXI.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar as Políticas Públicas de Juventude postas em prática nos países da América Latina após o fim das ditaduras militares no continente. Para tanto será feita a análise descritiva da construção histórica da juventude como categoria social, desde o momento em que ela se torna visível perante a sociedade como um problema social até o período recente onde se constitui como sujeito de direitos. É relatada ainda uma breve contextualização histórica latino-americana do Séc XX desde os governos ditatoriais militares, passando pela redemocratização apoiada pelos governos neoliberais até a vitória eleitoral no campo político dos partidos de esquerda apoiados pelos movimentos sociais. Também é feita a retrospectiva dos modelos de políticas públicas para os jovens desde os anos 50 até a atualidade, resgatando os principais focos das políticas públicas juvenis em quatro distintos momentos, quando o objetivo era buscar soluções ao problema juvenil, até o período recente onde os estados reconhecem a juventude como sujeito de direitos juntamente com a percepção do que o jovem almeja quanto políticas públicas. Por fim, o estudo de caso das políticas públicas de juventude implementadas no Brasil e no Paraguai, desde o período neoliberal até a chegada das forças políticas apoiadas pelos movimentos sociais no centro do poder, demonstrando as diferentes formas que o estado pode tratar o tema juvenil.

Palavras-chave: Juventude, políticas públicas, redemocratização, Brasil, Paraguai.

ABSTRACT

This work intends to analyze the Youth Public Politics implemented in Latin America countries, especially in the Mercosur, after the end of the military dictatorships in the continent until today. For it, it will be the analysis of the historical construction of youth as a social category, from the moment it becomes visible to society as a social problem until the recent period where it is a subject of rights. It also reported a brief historical background of Latin American Twentieth Century from the military dictatorships, through democratization supported by neoliberal governments. It is also made retrospective of public policy models for young people since the 50s until today, rescuing the main focus of public policy juvenile into four distinct moments when the aim was to seek solutions to the problem of youth, until the recent period where states recognize youth as a subject of rights along with the perception of the young and public policy aims. Finally, the case study of youth public policies implemented in Brazil and Paraguay since the period until the arrival of neoliberal political forces supported by social movements in the center of power, demonstrating the different ways that the state can treat the youth theme.

Keywords: Youth, public politics, re-democratization, Brazil, Paraguay.

RESUMEN

En este trabajo se pretende analizar las políticas públicas de juventud a cabo en países de América Latina, especialmente en el Mercosur, tras el fin de las dictaduras militares en el continente. Para ello será el análisis de la construcción histórica de la juventud como categoría social, desde el momento en que se hace visible a la sociedad como un problema social hasta el último período en el que es sujeto de derechos. También informó de una breve reseña histórica de América Latina del Siglo XX de las dictaduras militares, a través de la democratización con el apoyo de los gobiernos neoliberales a la victoria electoral en el campo político de los partidos de izquierda con el apoyo de los movimientos sociales. También se hace a posteriori de los modelos de política pública para los jóvenes desde los años 50 hasta hoy, rescatando el foco principal de las políticas públicas juveniles en cuatro momentos distintos cuando se trataba de buscar soluciones al problema de la juventud, hasta los últimos tiempos, donde Estados reconocen la juventud como sujeto de derechos, junto con la percepción de la política pública de los jóvenes y el público objetivo. Por último, el estudio de caso de las políticas públicas de juventud implementada en Brasil y Paraguay desde el período hasta la llegada de las fuerzas políticas neoliberales apoyadas por los movimientos sociales en el centro del poder, lo que demuestra las diferentes maneras en que el Estado puede tratar el tema de la juventud.

Palabras clave: juventud, la política pública, la democratización, Brasil, Paraguay.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

AMA – Área Metropolitana de Asunción

Asagrpa – Associação de Agricultores do Alto Paraná

Conjuve – Conselho Nacional de Juventude

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FENAES – Federação Nacional de Estudantes Secundaristas

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNUAP – Funda da População das Nações Unidas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Mercosul – Mercado Comum do Sul

ONGs – Organizações Não-Governamentais

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ONU – Organização das Nações Unidas

P-Mas – Partido do Movimento ao Socialismo

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPJs – Políticas Públicas de Juventude

ProJovem – Programa Nacional de inclusão de Jovens

ProUni – Programa Universidade para Todos

PT – Partido dos Trabalhadores

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

VMJ – Vice-Ministério de Juventude

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	4
AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
RESUMEN.....	8
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	9
SUMÁRIO.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	11
2 JUVENTUDE COMO CATEGORIA SOCIAL.....	14
3 OS GOVERNOS DA AMÉRICA LATINA NA SEGUNDA METADE DO SÉC. XX E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO CONTINENTE.....	23
4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA.....	30
5 ESTUDO DE CASO: BRASIL E PARAGUAI.....	36
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes temas da atualidade é o papel da juventude na sociedade, e qual a perspectiva que o Estado tem com essa categoria social. Durante alguns anos, quando os problemas sociais começaram a se tornar evidentes nos grupos juvenis, o Poder Público começou a buscar soluções para essas questões com medidas corretivas em relação à violência, aos desvios de condutas, à inclusão educacional, ao desemprego, entre outros. Porém, sempre com o foco na juventude como problema social.

O ano de 1985 é emblemático para a juventude, pois a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco relata seu parecer sobre a juventude como sujeito de direitos declarando o Ano Internacional da Juventude, e os Estados que realizarem ações dessa orientação serão considerados como bons governos. Assim, os movimentos sociais, compostos majoritariamente por jovens, começam a fortalecer suas reivindicações para com a juventude, fator que soma a chegada dessas forças políticas ao poder na América Latina nesse início de Séc. XXI.

Considerando que o período ditatorial ao qual o continente latino-americano passou durante os anos de 60 a 90 ajudou a desmobilizar e descontextualizar a juventude de seu papel social, somando ainda o fato de que o modelo econômico vigente desde o final do Séc. XX ter um papel de individualização e desmobilização social, é levantada a seguinte questão: Que tipo de mudanças houveram nas Políticas Públicas de Juventude na América Latina após as eleições de governos dito pós-neoliberais e populares?

Esse trabalho possui as seguintes hipóteses:

1 - Os Estados latino-americanos, após o advento das eleições de governos com propostas pós-neoliberais, têm se empenhado em desenvolver políticas públicas positivas, transformando as ações governamentais em políticas de Estado, além de tratar o jovem como sujeito de direito;

2 – Mesmo com um interesse em desenvolver mudanças nesse campo, os Estados encontraram dificuldades para aplicar as Políticas Públicas de Juventude, não modificando substancialmente as políticas públicas desse segmento social.

A entrada da temática de juventude nos governos, principalmente nos considerados pós-neoliberais, além de entrar em consonância com o parecer da Unesco, se deve às mobilizações dos setores juvenis organizados que apoiaram as eleições desses governos. O agravamento da condição juvenil, tanto economicamente quanto socialmente, se deve em boa

parte ao modelo econômico neoliberal, hegemonizado em escala global desde o final da década de 1980.

Compreende-se Pós-neoliberalismo a situação política e social em que os desafios e as tarefas da justiça social, os direitos sociais e econômicos de todos os seres humanos, os problemas planetários do meio ambiente e a questão da arquitetura do ambiente social estarão no centro do discurso político (THERBORN, 1995, p. 182).

Dividiremos esse trabalho em quatro capítulos distintos, para melhor compreender essa questão, onde no primeiro será conceituada historicamente a juventude como categoria social. No segundo, será feita uma retrospectiva dos tipos de políticas públicas feitas de maneira genérica nos estados latino-americanos desde os anos 50. No terceiro será realizada uma contextualização política dos governos após o fim das ditaduras militares até as eleições dos governos Lula no Brasil e Lugo no Paraguai. No último será realizado o estudo de caso das políticas públicas realizadas no Brasil e no Paraguai após as eleições desses presidentes.

O critério para a escolha do Brasil e do Paraguai como objeto de estudo foi buscar um paralelo entre a vitória do Presidente Lula no Brasil e a vitória do Presidente Lugo no Paraguai, ambos com bases eleitorais semelhantes em seus respectivos países. Além de serem signatários do Mercado Comum do Sul – Mercosul, o Paraguai é um país pouco estudado nas Ciências Sociais aqui no Brasil, além de ser o último país sul-americano a eleger um governo que em seu programa eleitoral propõe a perspectiva pós-neoliberal.

Para tanto, é aqui compreendido a juventude como Categoria Social, na definição de Helena Abramo, a faixa etária de 15 a 29 anos da população, alcançando uma abrangência social maior, ao passo que a situação dos jovens revela o modo como esse período é vivido a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais.

Políticas Públicas se entende como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Sua formulação constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Buscamos resgatar o trabalho desenvolvido por Miguel Abad, onde delimita as Políticas Públicas de Juventude – PPJs - em quatro momentos distintos na América Latina durante o Séc. XX, além de demonstrar o novo momento das PPJs, que se desenvolvem na perspectiva do jovem como sujeito de direitos.

Outra fonte consultada é a Pesquisa Juventudes Sul-Americanas, publicada em 2010, onde traz relatos de grupos juvenis atuantes em seus respectivos países. Trabalho desenvolvido pelo International Development Research Center – IDRC – empresa canadense que trabalha em colaboração com pesquisadores do mundo em desenvolvimento, buscando meios para construir sociedades mais saudáveis, justas e prósperas. No caso brasileiro, o trabalho foi coordenado pelos Instituto Pólis e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, e no Paraguai pelo Instituto Base-IS. Também utilizaremos como fonte sites governamentais dos países estudados.

O objetivo geral deste estudo é apontar o significado da mudança da perspectiva da juventude em relação aos Estados latino-americanos, com ênfase no Brasil e no Paraguai, dada à relevância de que a juventude é o sujeito social que irá garantir as ações sociais das próximas gerações.

O objetivo específico é realizar uma descrição histórica de como evoluíram as PPJs no Brasil e no Paraguai após o período da redemocratização, principalmente após assumirem os governos Lula em 2003 e Lugo em 2008.

Acreditamos que esse estudo possuirá importante relevância acadêmica, pois se trata de um estudo inicial dessas novas propostas de políticas de Estado, considerando ainda que este poderá contribuir no melhor conhecimento acadêmico sobre o país vizinho. No caso, o levantamento de quais ações o Paraguai, compreendendo as ações integradas entre esses países, fortalecendo-lhes as relações, tanto Estados quanto Sociedades.

2 JUVENTUDE COMO CATEGORIA SOCIAL

A argila fundamental de nossa obra é a juventude. Nela depositamos todas as nossas esperanças e a preparamos para receber ideias para moldar nosso futuro.

Ernesto Che Guevara

Vivemos atualmente o apogeu da juventude na América do Sul, comportando de 20% a 25% da população que está na faixa etária de 15 a 29 anos, quadro este que se estenderá até 2015, segundo pesquisa lançada recentemente (NOVAES e RIBEIRO, 2010, p. 08). Porém, a juventude significaria apenas uma faixa etária?

A juventude é uma categoria social que, como tal, é uma construção histórica. Na definição de Helena Abramo, “a condição juvenil refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, alcança uma abrangência social maior, refere-se a uma dimensão histórico-geracional, ao passo que a situação dos jovens revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia, etc.” (ABRAMO, 2010, p. 148).

A construção histórica da juventude se inicia ainda na época medieval, onde não havia diferença entre criança e adulto. Até o Séc XVIII, devido as condições demográficas, era normal a mortalidade das crianças. O sentimento de indiferença com relação à infância era inevitável, pois não podiam se apegar muito ao que seria uma perda eventual. O surgimento do malthusianismo e a extensão das práticas contraceptivas modificaram a ideia de desperdício necessário (ARIÈS, 2006, p.22-23).

Assim, de criancinha pequena se tornava adulto jovem. A partir do Séc. XVII foi iniciada uma profunda transformação no conceito de família além da criação das instituições escolares. A família nucleou-se, desaparecendo a antiga sociabilidade coletiva. Essa esfera privada torna-se elemento central para as referências morais “passando a formar corpos e almas de seus membros” (ÁRIÈS, 1981 apud ABRAMO, 1994, p. 05), gerando um novo sentimento em relação à infância, por sua ingenuidade, gentileza e graça, tornando-se uma fonte de distração e relaxamento para o adulto. A família reorganiza-se em torno da criança e ergue entre ela mesma e a sociedade o muro da sociedade privada.

A instituição escolar começa a substituir a aprendizagem informal como meio de educação. Até o Séc. XIV, as escolas eram pequenas salas onde se reuniam meninos e homens de 6 a 20 anos ou mais de idade. Assim, a criança que ingressava na escola entrava imediatamente ao mundo dos adultos (ARIÈS, 2006, p. 108-109).

A partir do Séc. XV, com a criação dos colégios, a escola medieval se desenvolveu de uma simples sala de aula para ser o colégio moderno, instituição complexa, não apenas de ensino, mas de vigilância e enquadramento da juventude. Essa evolução escolar está paralelamente ligada ao sentimento das idades e da infância. O colégio tornou-se um instrumento para a educação da infância e da juventude em geral. Ao longo do Séc. XVI, virou uma instituição essencial da sociedade: ali reuniam-se um grupo de idade maciço, que juntavam alunos de oito-nove anos até mais de 15, submetidos a uma lei diferente da que governava os adultos (ARIÈS, 2006, p. 110-111).

A criação das classes escolares durante o Séc. XVI estabeleceu subdivisões no interior da população escolar. Foi a forma de dividir os alunos segundo sua idade e seu desenvolvimento. Porém, como o foco educacional era o principal alvo, não necessariamente idade e grau de conhecimento estava em coincidência nas classes. Durante o Séc. XVII até o fim do Séc. XIX era comum encontrar uma heterogeneidade demográfica dentro das classes (ARIÈS, 2006, p. 113).

Até o fim do Séc. XVIII as idades eram subdivididas nas seguintes faixas etárias: 10 a 14 anos eram crianças, 15 a 18 adolescentes e 19 a 25 anos rapazes, que frequentavam as mesmas classes. Ainda no início do Séc. XIX, separavam-se de modo definitivo os homens feitos, os “barbudos” de mais de 20 anos, mas não era estranho a presença nos colégios de adolescentes atrasados, e a mistura de idades não chocava, desde que os menorzinhos não fossem expostos a eles. As categorias adolescência e juventude só se separariam no final do Séc. XIX, com a difusão do ensino superior entre a burguesia, através das universidades ou grandes escolas (ARIÈS, 2006, p. 115).

Essa extensão progressiva do período de aprendizado escolar, por sua vez, foi dando consistência e visibilidade à etapa intermediária entre a infância e o mundo adulto, consistida pela adolescência e juventude. Phillipe Ariès afirma, assim, que o sentimento moderno de infância começa a se constituir no Séc. XVII, e somente no Séc. XX que a adolescência aparece como uma etapa socialmente distinguível (ARIÈS, 1981 apud ABRAMO, 1994, p.06).

Por essa perspectiva, juventude é uma condição variável no interior de uma dada sociedade e que pode estar restrita a determinados grupos desta. Na passagem da sociedade tradicional para a moderna a juventude refere-se especialmente a segmentos que podiam manter seus filhos longe da vida produtiva e social, para prepará-los a funções futuras. Basicamente, portanto, a burguesia e setores da aristocracia.

Resumidamente, podemos dividir a evolução da instituição escolar em: salas escolares sem divisão etária até o Séc. XIV; a formação do colégio como instituição complexa de ensino com as primeiras divisões etárias, no Séc. XVII; e a difusão da Educação Superior através das universidades ou grandes escolas, em meados do Séc. XIX. Todos frequentados majoritariamente por jovens da aristocracia e da burguesia.

O Brasil segue basicamente esse mesmo tipo de desenvolvimento na área educacional, porém em processos um pouco mais tardios que na Europa. O papel da Igreja Católica na criação das escolas e faculdades no Brasil durante o Séc XIX foi fundamental, porém o Estado Brasileiro cria sua primeira Universidade em 1909¹.

A demanda da mão-de-obra infantil nas indústrias têxteis acentua a precocidade da passagem da vida adulta das crianças de classes populares. Cabe ressaltar que até o Séc. XVII, a escolarização era monopólio do sexo masculino e somente no Séc. XIX foi ampliada para as mulheres. As meninas, de todas as classes sociais, eram preparadas para que se comportassem desde cedo como adultas.

2.1 Juventude como Problema da Sociedade Moderna

A juventude se torna tema da sociologia, na medida em que determinados setores juvenis parecem problematizar o processo de transmissão das normas sociais, ou seja, quando se tornam visíveis jovens com comportamentos que fogem aos padrões de socialização aos quais deveriam estar submetidos. O surgimento de um comportamento “anormal” por parte de grupos de jovens contestadores, ou excêntricos, ou delinquentes, implicando todos em um contraste com os padrões vigentes, dão maior visibilidade a juventude e sua tematização.

Podemos identificar o Movimento Juvenil Alemão, no final do Séc. XIX, como um precursor do aparecimento do tema juventude. Esse movimento foi desencadeado por jovens estudantes que organizavam excursões aos campos e aldeias, buscando o contato com a natureza e as raízes culturais populares, em oposição à vida “artificial” das grandes cidades. Conforme foi crescendo o movimento, propondo uma “nova vida, autônoma e inventiva” onde eles se “auto educavam”, longe dos valores instituídos pelas gerações anteriores, sentindo-se, assim, fundadores de uma nova sociedade: o movimento juvenil “tentou, na verdade, romper a unidade da vida em nome do direito dos jovens à autonomia como sociedade juvenil, declarou guerra a todas as formas da vida adulta” (VALITUTTI,1968 apud ABRAMO, 1994, p.126).

Nas primeiras décadas do Séc. XX, outras expressões e manifestações concorrem para compor o aparecimento público da juventude, e progressivamente ela se percebe como um

¹ Universidade Federal do Amazonas – UFAM – em 17 de janeiro de 1909 na cidade de Manaus-AM.

sujeito social específico, com experiências, questões e formulações particulares, dadas pela sua condição etária e geracional. Durante a Primeira Guerra Mundial, com a morte de milhares de jovens soldados europeus nas linhas de combate, em contraposição aos oficiais, mais velhos, que restavam na retaguarda, gerou um sentimento comum de perplexidade e ressentimento contra a geração adulta. Da mesma forma, a crise de valores instaurada no entre-guerras parece marcar a juventude com o “nihilismo” ou a busca desenfreada de intensidade e embriaguez.

A arte vanguardista, os grupos intelectuais e artistas do início do Séc. XX também estruturam um modo de vida “excêntrico”, questionando os padrões dominantes. Por outro lado, essa contraposição aos padrões dominantes é dada também pelos grupos delinquentes ou ligados à criminalização, composto por jovens das “classes baixas”, que suscitam o tema do desvio no processo de integração dos jovens à vida social. A Escola de Chicago pesquisou durante os anos 1920 e 1930 sobre essa questão, preocupados com os problemas decorrentes da desorganização social provocado pelo crescimento das metrópoles, voltam a atenção para os *street gang boys*, rapazes de bairros de imigrantes que vivem a maior parte do tempo nas ruas, que acabam desenvolvendo comportamentos “em desconformidade com as normas sociais”, inspirados ou vinculados ao mundo da criminalidade.

As questões de delinquência, rebeldia e revolta são peças chaves na construção da problematização de juventude. Por outro lado, foi feita também uma caracterização da “juventude normal” que, no entanto, não deixa de conter elementos que a definem como uma condição que guarda sempre, em potência, possibilidades de descontinuidade e ruptura das regras sociais.

Assim, identificamos a juventude como uma condição de transitoriedade: a juventude é uma etapa de transição, que processa a passagem de uma condição social mais recolhida e dependente a outra mais ampla; um período de preparação para o ingresso na vida social adulta. E o estágio que antecede a entrada na “vida social plena” e que, como situação passageira, compõe uma condição de relatividade, de direitos e deveres, de responsabilidade e independência, mais amplos do que os da criança e não tão completos quanto os do adulto.

Segundo Karl Mannheim, “é um período que possui a tendência a se mobilizar para processos de mudança social. A mocidade pertence aos recursos latentes de que toda sociedade dispõe e de cuja mobilização depende sua vitalidade” (MANNHEIM, 1968 apud ABRAMO, 1994, p. 13). Não que juventude seja progressista por índole, mas sim que esta é uma potencialidade que pode ou não ser canalizada. Essa potencialidade é a confluência da eferescência biológica que marca a etapa da adolescência com o fato de que “nessa fase” o

indivíduo é introduzido na vida pública e se confronta pela primeira vez com os valores em circulação.

Nas sociedades modernas existe uma separação radical entre as normas ensinadas e as que predominam a vida pública, e a juventude é especialmente sensível a essas contradições tendendo a cobrar fidelidade aos valores professados e a construir uma visão crítica em relação à ordem social. Essa é uma das razões que torna a juventude apta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos que, por diferentes razões, estão insatisfeitos com essa ordem.

No período da Segunda Guerra Mundial, os jovens se engajam em movimentos de “oposição à ordem”, desde lutas de resistência ao nazi-fascismo e anti-colonialista, passando pelos movimentos estudantis, desde os que desenrolam bandeiras de alcance político geral, até movimentos como os existencialistas² e os *beatniks*³. De forma geral, se estabeleceu sobre esses distintos tipos de manifestações juvenis uma crítica ao modo de vida industrial/burguês (mecanização, padronização, hipocrisia, ausência de sentido, etc.) como expressão de uma recusa a se incorporar a esse modo de vida por parte de pessoas que estão prestes a entrar nele (ABRAMO, 1994, p. 19).

Nessa percepção, a delinquência não aparece como uma manifestação juvenil de questionamento da ordem social, pois significaria mais uma reação à dificuldade de ingressar neste modo de vida e não teria como proposição uma mudança social.

A questão Juventude emergiu como tema social em meio a preocupação dos desafios postos pelo processo de modernização desencadeado nos anos 50. A tese é a de que a configuração juvenil está vinculada junto ao processo de modernização social, ocorrido no ciclo de transformações estruturais, desencadeado no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

Os jovens configuram um grupo social com especial capacidade de mobilidade ascendente e de assimilação dos novos valores culturais e comportamentos sociais. A juventude foi a faixa etária que pode se incorporar às novas ocupações e situações abertas pela modernização do período Pós Segunda Guerra Mundial.

Porém, são apenas filhos da classe média, fundamentalmente os estudantes, que aparecem como capazes de aproveitar as chances abertas naquele momento. Os jovens dos

² Linha filosófica que tem como principal expoente Jean Paul Sartre, onde procura explicar todos os aspectos da experiência humana. Prega que “a existência precede e governa a essência”.

³ Ou “Geração Beat”, movimento anti-conformista que teve como precursor Jack Kerouac, autor do livro “On the Road”, no final dos anos 40. O termo “Beat” era uma expressão que podia significar oprimido, rebaixado, espezinhado, muito utilizado no submundo de Nova York. “Nik” é um trocadilho em relação à nave russa “Sputnik I”, indicando se tratar de uma cultura opositora à norte-americana.

setores de baixa renda, principalmente os do meio rural, são vistos como “marginalizados”, fora do cenário moderno e, conseqüentemente, excluídos da própria condição juvenil.

Segundo Marialice Foracchi, a rejeição da ordem social pode também tomar a forma de uma resposta de alienação, como no caso dos movimentos *hippies*, na qual o questionamento, “permanece nas suas fimbrias, recolhendo na subjetividade o rigor de sua crítica e a agressão do engajamento”. Diante da dificuldade de tornar-se adulto, a rejeição radical ao modo de vida dominante pode tomar a forma de “não-escolha”, de “permanecer jovem”, mantendo-se à margem do sistema (FORACCHI, 1972 apud ABRAMO, 1994, p. 26).

Ao contrário da resposta da alienação, a resposta do ativismo caracteriza-se pela busca de uma elucidação do diagnóstico da crise gerada pelo sistema e pela escolha de enfrentar os riscos de desmistificá-lo ou destruí-lo. O movimento estudantil dos anos 60 afirma-se como um “poder jovem, potência nova que, desconhecendo sua força, recria, na imaginação e na utopia, a práxis de um mundo que apenas se esboça” (ABRAMO, 1994, p. 26).

Na segunda metade da década de 60, a ebulição juvenil explode através de inúmeros acontecimentos, com uma significativa dimensão de simultaneidade internacional: as comunidades *hippies*, o psicodelismo, a proposição do amor livre, os festivais de música, as manifestações pelo fim da Guerra do Vietnã, a luta contra os regimes opressores do Terceiro Mundo desenvolvida por grupos políticos juvenis, os movimentos estudantis, a ocupação de universidades, as barricadas de Paris, etc.

A juventude se torna foco de contestação radical da ordem política, cultural e moral, empenhada numa luta contra o *establishment*, reivindicando uma inteira reversão do modo de ser da sociedade. Maio de 68 e Woodstock se configuram como tentativas de transformação radical da sociedade e produzir o advento de uma “nova era”. Foi a tentativa de uma “revolução juvenil” (ABRAMO, 1994, p. 39).

Theodore Roszak, em 1972, vê nesses fenômenos a formação de uma contracultura. Nos anos 60 o conflito de gerações deixa de ser uma experiência periférica da vida do indivíduo e da família e adquire uma textura coletiva, transformando-se na alavanca de uma reforma social radical. Os jovens, atônitos entre uma adolescência permissiva, quando experimentaram a valorização do lazer e do prazer, e a perspectiva de uma idade adulta marcada pelo tédio e pela hipocrisia da sociedade tecnocrática, a qual não conseguem e nem querem se adaptar, partem para a tentativa de construir um outro modo de vida. A juventude passa a aparecer como “a mais importante fonte contemporânea de inconformismo radical e inovação cultural”. Podemos deduzir desse raciocínio que é nesse momento que nasce o desenvolvimento da consciência ecológica, a aspiração de um novo equilíbrio homem-

natureza, a uma nova relação entre os gêneros e uma nova concepção de família, uma liberalização da moral e dos costumes, uma nova relação com o lazer e o prazer. Os movimentos de afirmação da diversidade, como os movimentos feministas, homossexuais, grupos étnicos, minorias, etc., o desejo de autonomia e o crescimento da importância das questões do cotidiano no âmbito político são também, de certa forma, frutos daquele período de fermentação e ruptura (ROSZAK, 1972 apud ABRAMO, 1994, p. 40).

Durante o período de regimes militares, encontramos um cenário de educação juvenil despolitizante e tecnicista, principalmente ao público adolescente. Estudo realizado a respeito de uma publicação feita nesse período no Brasil, a Revista do Ensino, demonstra uma pedagogia descontextualizada e utilitarista, subordinada à produção, sustentada por uma pedagogia eficientista a serviço de um estado-militar-empresarial, além de uma educação do consenso, a serviço desse mesmo estado disciplinador (BAQUERO, 2004, p. 61).

No campo da educação política, a preocupação central estava em ensinar aos educandos as questões de autoridade, tradições, patriotismo, Constituição Nacional e legislação. O foco principal estava na Educação Moral e Cívica, além, no caso do Brasil, da criação da disciplina Organização Social e Política Brasileira. Sobre esse formato educacional, Paulo Freire definiu como “educação para a domesticação”, submetida aos imperativos políticos e pedagógicos da conformidade social e da dominação (FREIRE, 1990 apud BAQUERO, 2004, p. 66). Em suma, esse modelo de educação representa um afastamento crítico de uma política emancipatória. Assim, a visão de civismo passada a juventude no período militar se consiste em uma compreensão de democracia formal, de natureza institucional, fundada numa perspectiva reducionista de cidadania como mera condição legal (BAQUERO, 2004, p. 68).

Para melhor demonstrar essas afirmações, uma pesquisa realizada no Paraguai em 1987 demonstra o pouco conhecimento que os jovens cidadãos latino-americanos têm sobre a vida democrática. Após a realização de entrevistas com cerca de 2000 jovens entre 19 e 24 anos, o resultado obtido foi: 33% disseram que um componente básico de ser cidadão é ter direitos políticos; 33% não sabiam dizer o que era a Constituição; apenas 66% sabiam o que era votar e, embora a grande maioria valorizasse o direito da livre expressão, 40% disseram que o governo não deveria ser criticado, pois os governantes sempre sabiam o que faziam ou porque criticar o governo era um comportamento subversivo (BAQUERO, 2004, p. 71). Esses tipos de resposta foram encontrados também em pesquisas realizadas em diversos países latino-americanos, como Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Costa Rica, Venezuela, Colômbia, Peru, Nicarágua e Brasil.

Essa situação nos mostra que o foco da educação nesse período gerou um *ethos* individualista, engendrado pelo pensamento democrático liberal no contexto de um Estado de Direito reduzido ao poder público como soma dos poderes particulares e que se assenta sobre a divisão entre o público e o privado (BAQUERO, 2004, p. 74).

A abertura dos países latino-americanos ao novo modelo econômico, o neoliberalismo, gerou uma caracterização de uma desindustrialização endividada nas quais populações de não pessoas sociais, isto é, de sujeitos monetários desprovidos de dinheiro, tornam-se cada vez mais numerosas. A categoria social mais atingida foi a juventude, onde a fragilidade do laço salarial, a não garantia do emprego e a dificuldade de arranjar um emprego, excluem cada vez mais os jovens do mercado de trabalho. Somando o tipo de educação recebida pelos jovens nos anos ditatoriais, com a perspectiva econômica do período neoliberal, podemos constatar que, diferentemente dos jovens que lutaram pelos ideais democráticos, os jovens de hoje estão desinteressados pelo bem comum, desencantados. Falta-lhes afeto pela política e parece não possuírem uma convicção arraigada dos valores da democracia (KEIL, 2004, p. 27).

Nesse cenário, a razão desse comportamento revela, por um lado, que os jovens, assim como a grande maioria da população brasileira, se tornaram apáticos em buscar espaços de participação política, e, por outro, que seus objetivos, muito mais individualistas do que coletivistas, apontam para a valorização do profissional. O individualismo, o efêmero e a naturalização do consumo, como marca dessa geração dos tempos pós-industriais, parecem influenciar negativamente sua agregação em projetos políticos (KEIL, 2004, p. 30).

2.2 Novas relações de juventude no Séc. XXI

Por outro lado, surgem os movimentos “anti-globalização”, que aglomeram jovens, principalmente pelas novas ferramentas de comunicação, como a Internet, que tem como característica ser um movimento social global anti-sistêmico. Conforme aponta Maria Isabel Domínguez, o significado deste renascimento dos movimentos sociais nesse início de Séc. XXI é inquestionavelmente positivo, sendo que nos permite identificar a concentração na pauta da deslegitimação do sistema imperante.

Porém, existem dificuldades para sua integração como: poucos avanços quanto objetivos estratégicos e em propostas alternativas; mesmo com a multiplicação e ampliação das resistências, ainda é forte sua fragmentação; falta de convergência entre os atores do Norte e do Sul do planeta, no que se refere às dificuldades para articular interesses globais dos locais e regionais; a falta de objetivos claros leva a ocasiões em que as mobilizações se concentram na forma e perdem de vistas os conteúdos, muitas vezes ridicularizadas e desvirtuadas pelos

grandes meios de comunicação, e as vezes se reduzem em ações de violência criminal, o que também ajuda sua deslegitimação (DOMÍNGUEZ, 2006, p. 75).

Também, como resultado da globalização econômica e cultural e a expansão das comunicações e suas novas formas como a Internet, é possível estabelecer vínculos globais que dão lugar a representações simbólicas transnacionais, que contribuem à formação de uma identidade juvenil com muitas características compartilhadas. É nesta dinâmica entre o comum e o diverso que se movem as juventudes atuais: às vezes mais parecidos a jovens de outros lugares que de seus próprios países; às vezes, pelo contrário, vivendo situações similares às gerações anteriores e percebendo que seu mundo não tem nada haver com a de outras juventudes (DOMÍNGUEZ, 2006, p. 76).

O contexto latino-americano é importante expressão dessa complexidade global. O fato de constituir a região mais desigual do planeta, unido a suas fortes tradições reivindicatórias, em meio do desencanto pelo fracasso social das chamadas transições democráticas, e ante as interrogações com a chegada dos novos governos eleitos em representação de interesses populares, a convertem em cenário propício para a emergência de novos movimentos sociais e que se interpele sobre o lugar e o papel dos jovens (DOMÍNGUEZ, 2006, p. 77).

Esses processos dados na região, alguns com mais história como a Revolução Cubana, outros mais recentes como a Revolução Bolivariana ou o Fórum Social Mundial, constituem importantes experiências, tomando em consideração o caminho pela busca de novas alternativas. Sem dúvida, a combinação de experiências de resistência ao capitalismo globalizado e suas múltiplas formas de expressão sobre grupos sociais diversos e sobre contextos regionais, nacionais e locais, também diversos na convergência de propósitos que permitam delinear uma plataforma programática comum, está a possibilidade de gerar uma verdadeira alternativa de mudanças.

Dessa maneira os movimentos sociais constituem cada vez mais uma das principais forças e, dentro deles, o componente juvenil é vital, pois representa a perspectiva de futuro. O ritmo acelerado das mudanças atuais modifica mais significativamente os contextos em que se configuram e socializam as gerações, fazem menos estáveis seus processos de conformação e mais difusas suas identidades como tais, frente a outros critérios estruturantes de maior estabilidade como o gênero ou a etnia, ou frente a conflitos sociais mais visíveis e gerais como a defesa dos direitos humanos ou do meio ambiente (DOMÍNGUEZ, 2006, p. 77-79).

3 OS GOVERNOS DA AMÉRICA LATINA NA SEGUNDA METADE DO SÉC. XX E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO CONTINENTE

Após obtermos entendimento sobre a Juventude como categoria social, e como os Estados latino-americanos fizeram suas ações voltadas para esse segmento social, iremos resgatar a história recente desses países até a vitória das forças políticas ligadas aos movimentos sociais nas eleições do início deste Séc. XXI.

3.1 Dos Anos de Chumbo às Décadas Perdida e Desperdiçada

Antes de descrever a ascensão das forças populares nos governos latino-americanos, devemos compreender o significado dos regimes militares na América Latina durante suas duas décadas, e a transição para o modelo econômico chamado neoliberalismo.

O Séc. XX é considerado o mais marcante de toda a História da Humanidade, tanto pelas mudanças políticas e sociais, quanto tecnológicas. Porém, para esta monografia, vamos nos concentrar nas mudanças políticas e sociais. Em menos de 50 anos, o mundo modificou-se drasticamente, a começar pela Revolução Russa de 1917, onde surge o primeiro grande ator opositor ao modelo capitalista: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Passados 32 anos, em 1949, a Revolução Chinesa também leva o socialismo a sua população, a mais populosa do mundo, sendo a maior transformação da história da China em séculos. A derrota da França no Vietnã revela o potencial de ampliação deste movimento na Ásia (SADER, 2005, p. 21).

A luta anti-colonial tinha um aspecto não só anti-imperialista, como também apresentava um potencial anti-capitalista, que em poucos anos se generalizaria na maior luta de resistência ao império norte-americano. Nesta mesma época, a Bolívia também realizou sua revolução em 1952, fazendo uma radical reforma agrária, substituindo o exército por milícias populares e nacionalizando suas principais minas, num contexto de mobilização popular de operários e camponeses. Somando essas mobilizações do continente latino-americano com a principal revolução, a Cubana, acontecendo a poucos quilômetros do território estadunidense, gerou o estopim para um movimento contrário em toda a extensão do continente latino-americano. Esta reação se tornou posteriormente conhecida como “Operação Condor”, ajudando a implementar as ditaduras militares em todo o continente, com suas diferentes clivagens nos países (SADER, 2005, p.104).

A Revolução Cubana inspirou a maior ofensiva revolucionária no continente latino-americano durante o período militar. Num primeiro ciclo, compreendido como rural, a guerra de guerrilhas teve epicentros na Venezuela, no Peru e na Guatemala; em outro as guerrilhas urbanas no Uruguai, no Brasil e na Argentina; e por fim um terceiro ciclo, rural, na Nicarágua, em El Salvador e na Guatemala, com o saldo de uma nova vitória revolucionária na Nicarágua em 1979. Porém, as derrotas dessas ofensivas cristalizaram um processo de massacre da esquerda e dos movimentos sociais, especialmente no Conesul, onde os resultados foram mais catastróficos (SADER, 2005, p.114).

No Brasil, o golpe militar se deu de forma relativamente precoce em relação aos outros países da região, em 1964, juntamente com a Bolívia. O golpe na Argentina foi em 1966, que com o fracasso é retomado 10 anos depois. No Chile e no Uruguai se dão em 1973. A precocidade brasileira permitiu ao país gozar a expansão do capitalismo nacional, com índices de crescimento acima dos 10% ao ano, até a crise internacional do capitalismo em 1973, encerrando esse ciclo de crescimento (SADER, 2005, p.136).

No Paraguai, encontramos um exemplo muito característico sobre o papel das ditaduras militares no continente. O Governo de Alfredo Stroessner (1954-1989), fez com que os paraguaios vivessem a mais longa e uma das mais sangrentas ditadura sul-americana. Desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança⁴, o país viveu praticamente envolto em golpes e guerras civis, com o Estado sendo disputado entre os caudilhos das duas principais forças políticas: a Associação Nacional Republicana (Partido Colorado) e a Frente Liberal Radical Autêntica (Partido Liberal), ambos fundados no final do Séc XIX. A tendência ao exercício do poder somente por um partido, sem permitir espaço para uma efetiva participação da oposição é uma constante na história paraguaia. Durante o Séc XX, o país não conseguiu estabelecer e fortalecer as instituições democráticas (MORAES, 2000, p.17).

Durante o período de 1947 a 1949, o governo trocou de mãos quatro vezes. Em 1954, Stroessner assume o poder através de um golpe de Estado, fazendo com que o Partido Colorado se tornasse único no país (1947-1963), e posteriormente hegemônico (1963-2008). Stroessner permaneceu esse longo período no poder por meio da força militar, e também pelas relações umbilicais junto aos EUA. Outro fator que garantiu-lhe no poder foi o apoio do Brasil junto ao país, que entre outras ações se destacam a construção da Ponte da Amizade e da Usina Hidroelétrica Binacional Itaipu, além das perseguições massivas a grupos considerados subversivos (KFURI e LAMAS, 2007, p. 04-05 e MORAES e COLMAN, 2008, p.05).

⁴ Também conhecida como Guerra do Paraguai (1866-1870), foi o conflito mais sangrento da América do Sul, onde Brasil, Argentina e Uruguai se aliaram para invadir o Paraguai. Segundo autores que estudam o tema, cerca de 80% da população paraguaia foi morta.

A partir da passagem do capitalismo ao seu ciclo recessivo em meados dos anos 1970 e da crise da dívida dos países latino-americanos (1980-1981), as economias do continente passam, no seu conjunto, a uma fase recessiva, gerando as condições para a adesão a modelos neoliberais, encerrando definitivamente o período “desenvolvimentista” e introduzindo consensos em torno ao combate à inflação e à “estabilidade monetária”, carros-chefes do neoliberalismo na América Latina. A “crise da dívida”, desatada em 1980, gerou déficits de balança de pagamentos que tornaram inviáveis os projetos de desenvolvimento para a região.

A “Década Perdida”, como ficou conhecido esse período, foi chamado assim porque os governos se dedicaram fundamentalmente a buscar saldos comerciais que diminuíssem os dados daquele déficit. As hiperinflações embutidas nesse processo iriam ser referências fundamentais para que os objetivos de desenvolvimento fossem substituídos pelos de estabilidade monetária, refletindo assim na falta de investimentos em políticas públicas de todos os segmentos, incluindo as PPJs (SADER, 2005, p. 104).

Com a chegada dos anos 90, a solução para essa crise da dívida foi a aplicação do modelo econômico neoliberal, que consiste em

(...) manter um Estado forte em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção de gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. As reformas fiscais (...) significariam reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos, gerando uma nova e saudável desigualdade, (...) assim o crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos. (ANDERSON, 1995, p. 11).

O Chile foi o caso mais emblemático quanto à implantação do modelo neoliberal, onde o governo Pinochet foi pioneiro. Desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos foram suas principais ações. Assim, o neoliberalismo chileno pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra (ANDERSON, 1995, p. 19).

A chegada de Jeffrey Sachs na presidência da Bolívia em 1985 também iniciou uma nova fórmula para esse modelo econômico. Não através de uma ditadura, mas sim por via eleitoral com o partido herdeiro do movimento populista de 1952, com o objetivo de conter a hiperinflação. Assim inicia a variante neoliberal “progressista” na América Latina. Tanto o Chile quanto a Bolívia foram casos isolados dos anos 80 (ANDERSON, 1995, p.20).

Identificamos o início do período neoliberal no continente a partir da eleição de Salinas, no México, em 1988; Menem na Argentina, e Carlos Andrés Perez na Venezuela em

1989, e a eleição de Fujimori, no Peru, em 1990. Nenhum desses governantes confessou ao povo, antes de ser eleito, o que efetivamente fariam depois de assumir os Executivos (ANDERSON, 1995, p. 20). No Brasil, a eleição de Collor inicia o processo de implementação deste modelo econômico, que apesar de seu impeachment, ganhou fôlego e uma nova aura progressista, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso na presidência do país (ANDERSON, 1995, p. 28 e SADER, 2005, p. 153).

No caso brasileiro, o neoliberalismo não pode ser implementado pela força, como no Chile, pelo fato do país possuir uma forte burguesia industrial protegida pelo Estado, além de ter um movimento social e político de esquerda com capacidade de resistência superior ao dos outros países da região (SADER, 1995, p.36).

Outro fator que somou essa mudança de condução política foi o golpe que derrubou o governo de Stroessner no Paraguai, em 1989, acontecendo assim as primeiras eleições livres do país, porém com a vitória do mesmo Partido Colorado, no poder desde 1947. A entrada do neoliberalismo também coincide com a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), composto por Brasil, Argentina, Uruguai e o próprio Paraguai.

Luis Fernandes aponta três pilares fundamentais para a hegemonização do neoliberalismo no continente: (i) uma marcha acelerada de reversão das nacionalizações efetuadas no pós-guerra; (ii) a crescente tendência à desregulamentação das atividades econômicas e sociais pelo Estado; e (iii) a tendência à reversão de padrões universais de proteção social estabelecidos com a emergência, em diversos países no pós-guerra, dos Estados de bem-estar social.

Assim, nas palavras de Luís Fernandes,

a desestatização, a desregulamentação e a desuniversalização servem de base para a operacionalização do neoliberalismo nos países que o adotam. Além do agravamento das desigualdades, da exclusão, da segmentação social, do desvio crescente dos recursos para especulação, incapacidade de absorver mão-de-obra e a incapacidade de recuperar e sustentar ritmos elevados de crescimento, o reflexo nos estados que o adotaram leva a problemas com o ordenamento democrático nas sociedades, impedindo ou dificultando que a insatisfação popular com o custo social das medidas neoliberais se expresse democraticamente nos poderes legislativos. Outra consequência incide sobre a capacidade dos nossos povos comandarem soberanamente o desenvolvimento de seus próprios países (FERNANDES, 1995, p. 55-56).

O resultado desses fatores, somados a imagens dicotômicas do que é “público” e “privado”, é o amálgama da crise estrutural do Estado com o discurso satanizador do setor público diminui a capacidade deste para formular e executar políticas. Se tivesse sido correta a teoria neoliberal, as crescentes desigualdades sociais e o despencar das remunerações aos

assalariados teriam sido poderosos instrumentos para atrair os investimentos dos capitalistas e estimular o crescimento econômico. Pelo contrário, tanto a Europa quanto a América Latina obtiveram menores taxas de crescimento que os países do sudeste asiático, que não adotaram as teorias neoliberais (BORON, 1995, p. 100).

Pelo fato das “instituições financeiras internacionais” recomendarem essas políticas que geram pobreza e exclusão social, a geração de desemprego se torna sinal de que as coisas caminham bem, de que a economia se está “reestruturando”, modernizando, tornando-se mais competitiva. Os sofrimentos das massas têm um significado promissor de que “as forças do mercado” estão se movendo sem interferências e a reestruturação econômica procede tal qual se esperava.

Em suma, o que aconteceu na América Latina nesse período conhecido como “redemocratização” foi: capitalismo neoliberal, políticas conservadoras, sociedades fragmentadas, marginalização de massas, ruptura do tecido social e desagregação dos mecanismos de integração, capitulação da soberania nacional, degradação da política, etc. Além de um simples “ajuste”, na experiência no continente, o trânsito da ditadura à democracia se realizou mantendo no essencial as mesmas políticas econômicas que os regimes ditatoriais implantaram a sangue e fogo (BORON, 1995, p.109). Por esses fatores a década de 90 é conhecida como “Década Desperdiçada”, onde o neoliberalismo ceifou a possibilidade de retomada do desenvolvimento dos estados.

3.2 O início do Séc. XXI

A América Latina começa o Séc XXI vivenciando a sua pior crise em setenta anos, como resultado das políticas neoliberais, que fragilizaram suas economias, debilitaram seus Estados, diminuíram seu peso econômico e político no mundo. O projeto norte-americano da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA - e os acordos bilaterais de livre comércio entre os Estados Unidos e vários países do continente – Chile, Guatemala, El Salvador – significaram a expansão ainda maior da capacidade hegemônica norte-americana sobre o continente, enfraquecendo suas margens de soberania (SADER, 2005, p.120).

A posse do presidente George W. Bush nos Estados Unidos elevou a crise no continente. A militarização dos conflitos mundiais, além da liderança exercida sobre todos os países que aderiram às políticas de “livre comércio” e de desregulação econômica. A exemplo disso temos a crise na Argentina, onde a aplicação da nova política que o governo Bush adotou com o apoio do Fundo Monetário internacional - FMI, de que os países deveriam falir assim como as empresas, em que esse organismo internacional não fizesse muita coisa para

salvar o país. Essa atitude fez que a Argentina, depois de ter aplicado da forma mais rigorosa as políticas do FMI, entrasse na pior crise econômica e social que algum país tenha vivido no período histórico recente do capitalismo, sem qualquer ajuda dos organismos internacionais. A crise latino-americana, com suas especificidades nacionais, só pode ser entendida no marco da aplicação generalizada das políticas neoliberais nas duas décadas anteriores, senão nada explicaria a concomitância delas (SADER, 2005, 121).

A incapacidade das políticas neoliberais postas em prática ao longo das duas últimas décadas aprofundou a crise social existente, sem conseguir nem retomar o desenvolvimento nem conquistar estabilidade política, gerando uma série de crises institucionais, que marcam mais recentemente a história política a América Latina, como reflexo de uma profunda crise hegemônica (SADER, 2005, p. 126).

Essa desordem gerada pelo sistema, levou a ações extremas da população em relação aos seus governantes. No Paraguai, a trágica semana do Março Paraguai⁵ em 1999, com o saldo de 7 jovens mortos pelas forças militares. Na Bolívia, a mobilização dos povos indígenas em 2005, além das mobilizações na Argentina, com a derrubada de dois presidentes até a vitória de Néstor Kirchner em 2003.

Assim, o século XXI encontra a América Latina diante de alternativas contraditórias, num quadro internacional complexo. Por um lado, um marco mundial de forte hegemonia norte-americana, sem que isso se fundamente em capacidade de expansão econômica. Ao contrário, no esgotamento do ciclo expansivo da economia dos Estados Unidos, substituído por um ciclo recessivo, com a consequente restrição do comércio internacional e das demandas provenientes dos mercados centrais do capitalismo. Os EUA buscam se proteger, estendendo sua hegemonia no continente através da proposta da ALCA, possibilitando-lhe expandir o poderio econômico de suas corporações sem contrapesos – como já acontece na América do Norte, com a Nafta (SADER, 2005, p. 126).

Esse início de século começa com um grande dilema pela frente, entre prolongar o modelo de ajuste fiscal ou romper com o neoliberalismo e buscar alguma alternativa. Esse dilema se expressa entre a ALCA e o Mercosul. A vitória de Lula no Brasil representa o acerto de contas da esquerda latino-americana com sua própria trajetória ao longo dos últimos anos. Por isso o ano de 2003 é tão importante para a esquerda e para o continente (SADER, 2005, p. 127).

⁵ Fato histórico de 23 a 28 de março de 1999, onde o assassinato do Vice-presidente Luis María Argaña, no qual o ex-general Lino Oviedo desatou uma crise cívico-militar. Como resposta espontânea, 10 mil pessoas, em sua maioria camponeses e jovens, irromperam o espaço público para defender a democracia. O Presidente Cúbas renunciou em perspectiva do início de uma Guerra Civil, e Oviedo se exilou na Argentina.

Nessa nova perspectiva, podemos supor que inicia-se o período Pós-neoliberal, conforme aponta Göran Therborn, onde a situação política e social em que os desafios e as tarefas da justiça social, os direitos sociais e econômicos de todos os seres humanos, os problemas planetários do meio ambiente e a questão da arquitetura do ambiente social estarão no centro do discurso político (THERBORN, 1995, p. 182). Assim, o governo Lula é o primeiro que encarna um programa de saída do neoliberalismo de forma articulada nos planos interno e externo (SADER, 2005, p. 187), incrementando esses valores na agenda política do Brasil.

Além do Brasil, encontramos na América do Sul os seguintes países e presidentes que tiveram vitórias eleitorais que integram essa perspectiva de rompimento com o neoliberalismo: desde 2002 elegeram-se Néstor Kirchner e Cristina Kirchner na Argentina, Tabaré Vázquez e Pepe Mujica no Uruguai, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Daniel Ortega na Nicarágua, Michele Bachelet⁶ no Chile, Fernando Lugo no Paraguai, além de Hugo Chaves na Venezuela desde 1998. Apenas o Peru e a Colômbia não elegeram governos com a proposta pós-neoliberal.

⁶ Bachelet não reelegeu seu sucessor no Chile.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA

O campo das Políticas Públicas de Juventude pressupõe que haja identificação das demandas juvenis, articulações intra-geracionais, pactos inter-geracionais, relação com os poderes públicos e o fortalecimento das institucionalidades junto a juventude.

Porém, historicamente a evolução das Políticas Públicas de Juventude na América Latina tem sido determinada pelos problemas de exclusão dos(as) jovens da sociedade e de como facilitar-lhes sua transição e integração ao mundo adulto. As formas como os governos procuram solucionar os problemas relacionados ao segmento juvenil demonstram a dificuldade do entendimento de que essa categoria social pode ser considerada sujeito de direitos.

Para melhor entender esse desafio, serão explanados os diferentes modelos de PPJs adotadas na América Latina como um todo durante a segunda metade do Séc. XX, mostrando o sentido ao qual os governos interviram junto a mocidade, tentando solucionar os ditos problemas gerados por esta. Assim sendo, utilizaremos como recorte temporal nesta monografia o estudo de Miguel Abad sobre as PPJs utilizados pelos Estados, e também apontaremos como elas deveriam ser aplicadas na perspectiva do jovem como sujeito de direitos.

4.1 Ampliação da educação e do tempo livre (cerca de 1950 a 1980)

As primeiras medidas em relação os jovens foi o acesso massivo de adolescentes e jovens das classes médias e média-baixas da população ao ensino médio e superior. Com essa expansão, que legitimou a moratória social do jovem em “estudante”, mais a massificação da televisão e o impulso das poderosas indústrias culturais, surgiram fenômenos que com origens distintas, porém confluentes em seu desenvolvimento, reivindicaram um ponto de contraste geracional com a herança cultural adulta: a revolução sexual, a apreciação de consumos culturais juvenis e o ascenso da participação política dos estudantes universitários.

Esse tipo de política gerou uma preocupação das instituições educacionais pelo uso do tempo livre dos jovens, fomentando-lhes todo o tipo de programas esportivos, recreativos e de campanhas de prevenção de saúde para afastar os jovens das condutas socialmente censuráveis, como o consumo de drogas ou o exercício da sexualidade.

Esse tipo de política pública foi amplamente respaldada por governos de corte nacional-popular, interessada na modernização das sociedades latino-americanas, buscando a

ideia de nação ligada a noção de “povo” e o melhoramento da governabilidade da sociedade, em pleno auge da visão desenvolvimentista dos Estados, buscando a formação de mão-de-obra qualificada nos próprios países (ABAD, 2002, p.121).

4.2 Controle social dos setores juvenis mobilizados (1970 a 1985)

A Guerra Fria definiu um imaginário geopolítico polarizado por dois modelos definidos: liberais democráticos, com economias capitalistas, ou, regimes estatais de partido único, com economias socialistas. Neste cenário surge o Movimento dos Não-alinhados, como terceira via, fortemente associado com os movimentos de liberação anti-coloniais, contando com o apoio dos setores mais progressistas da sociedade, colocando os jovens como papéis centrais.

A valorização de novas opções políticas dentro dos governos da região, como a Revolução Cubana e o governo Allende no Chile, mais o Concílio Vaticano II e o Movimento de Padres pelo Terceiro Mundo, contribuíram a radicalização revolucionária dos movimentos estudantis em torno a denúncia e luta contra o imperialismo e as desigualdades sociais, também apoiando uma consciência nacional e latino-americana em favor da emancipação econômica e social, coincidentes com uma sociedade que reclamava um aprofundamento da democracia, além da redistribuição mais equitativa dos recursos sociais, econômicos e culturais.

Esses coletivos de estudantes se associaram com movimentos e organizações urbano-populares, locais e operárias que geraram uma resposta repressiva por parte do Estado, exigida pela reação dos setores dominantes da sociedade cujo resultado foi a instauração de governos militares em quase toda a região junto a declarações prolongadas de frequentes estados de comoção interna, além de suspensão das garantias constitucionais.

Em grande parte a raiz deste clima político, com o afã de legitimar-se socialmente e derrotar a subversão, os governos latino-americanos, em sua maioria, de fato se beneficiaram da primeira crise do petróleo de 1974 e da disponibilidade de crédito causada pelo aumento de fundos (ABAD, 2002, p.122).

4.3 Enfrentamento da pobreza e a prevenção de delitos (1985 a 2000)

Esse modelo coincide com a crise da dívida externa, a recessão econômica, os fenômenos inflacionários e a expansão da pobreza em todo continente. Época conhecida como “Década Perdida”.

Conforme Abad aponta, os “buracos” que deixaram as políticas sociais começaram a fazer visíveis outros jovens que praticamente não haviam sido sujeitos das políticas públicas sociais universais. Estes não associados ao imaginário do estudante das épocas anteriores, senão a muito recentes gerações urbanas, majoritariamente marginalizados da educação e da sociedade em geral, que reclamam seu lugar agrupando-se em bandos, quadrilhas, gangues, dependendo do país, e que começam a desenvolver-se com características similares ainda em contextos diferentes cujas ações reivindicatórias vão desde formas de vandalismo mais ou menos leves até ações delitivas de grande calibre, associadas com o narcotráfico e a violência armada entre os jovens.

Os governos desenham programas de contenção para as populações mais afetadas pelas reduções dos ajustes sociais, muitas vezes executados por instituições “de emergência” por fora dos governos, como Fundos de Inversão Social. Quase nenhum teve caráter de “política de juventude”, mas atingia a população jovem dos setores marginalizados, mostrando, como indica o autor, uma “cara amável” do Estado, não colocando apenas as polícias para conter a criminalidade, mas também dando oportunidades para eles se integrarem a sociedade civil através de programas assistencialistas.

A partir de 1985 começaram a surgir instituições públicas especializadas em jovens e em políticas setoriais, impulsionadas pelas Nações Unidas que teve como celebração o Ano Internacional da Juventude. Após essa reunião da Unesco, os países sul-americanos desenvolveram pastas para desenvolver as PPJs.

Assim, a Argentina foi a primeira a desenvolver a Diretoria Nacional de Juventude, subordinada ao Ministério de Desenvolvimento Social, em 1987. Tanto o Chile como o Uruguai criaram o Instituto Nacional da Juventude, sendo o primeiro subordinado ao Ministério de Planejamento e Cooperação, e o segundo ao Ministério do Desenvolvimento Social, ambos em 1991. O Paraguai criou o Vice-ministério de Juventude em 1994, subordinado ao Ministério de Educação e a Bolívia cria o Vice-ministério de Assuntos da Juventude, Infância e Terceira Idade subordinado ao Ministério de Desenvolvimento Sustentável e Planejamento, em 1997. Por fim, a Secretaria Nacional de Juventude vinculada à Secretaria-Geral da Presidência, é desenvolvida no Brasil em 2005. Todas com função de desenvolver, orientar e articular as PPJs de cada país (NOVAES e RIBEIRO, 2010, p.86).

Porém, se formos analisar um pouco mais a fundo, como é a intenção desta monografia, notaremos que somente a implementação de estruturas públicas não é fator suficiente para a realização das PPJs. É necessário a articulação entre essas instituições e a

sociedade civil, além da vontade política dos governantes em gerar condições para a implementação destas.

4.4 Inserção laboral de jovens excluídos (1990 a 2000)

Início do enfoque mais positivo do jovem nas políticas públicas, sendo este ator estratégico para impulsionar o desenvolvimento econômico e social dos países, coincidente ao progressivo desenvolvimento de um marco legal específico para favorecer a integração e participação juvenil na sociedade.

O período herdou problemas da “Década Perdida” somados aos custos sociais da integração dos países à Nova Ordem Mundial. Uma crescente concentração do ingresso na sociedade, diminuição do valor real dos assalariados, aumento do trabalho informal e do desemprego entre os jovens e as mulheres, fenômenos inusitados do aumento da violência e da insegurança nas cidades, desistência escolar, desnutrição, além do aumento das taxas de fecundidade entre as adolescentes.

As ações do Estado para incorporar os jovens mais pobres ao mundo do trabalho sem fazer grandes inversões em melhorar a qualidade da educação pública, desenvolvendo programas de capacitação e inserção no trabalho mediante acordos com a empresa privada via flexibilização do regime laboral, em lugar de, por exemplo, fazer políticas de corte mais universal dirigidas ao aumento dos ingressos dos chefes e chefas de família, garantindo a permanência dos jovens na educação média e seu acesso ao ensino superior (ABAD, 2002, p. 125).

4.5 Jovem como sujeito de direitos

Algo que tem sido proposto, principalmente dos anos 90 até a atualidade, é a ótica dos jovens como sujeitos de direitos, onde esses passam a ser ouvidos e deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios. Para isso, a formulação de programas que propiciem a participação dos jovens deve ser em concordância com seus interesses.

O espaço ideal é o mais próximo do cotidiano juvenil, para poder identificar, apoiar e promover a grupos de jovens que se associam em torno à realização de atividades que podem desenvolver-se num raio de ação mais reduzido. Pode não ter grande visibilidade pública, porém são novas expressões que contribuem a renovar o chamado tecido associativo, e possibilitam um maior leque de opções aos jovens que buscam canalizar seus interesses através de apostas coletivas.

São esses espaços, onde se pode debater, elaborar e atuar num projeto comum, além de poder apoiar o reconhecimento dos direitos e responsabilidades, onde também reforçar uma atitude de consciência comunitária e cidadã. Porém a contribuição para a construção de cidadania de uma cultura democrática, não supõe exclusivamente a confecção de programas que atendam a esses objetivos, senão que englobe mais uma atitude política por parte dos organismos juvenis (BANGO, 1999, p. 64).

Nessa perspectiva, a pesquisa sobre as juventudes sul-americanas realizada com organizações juvenis do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai levantou algumas demandas comuns das próprias organizações juvenis observadas, englobando os temas de educação, trabalho, cultura, segurança, meio ambiente e meios de locomoção.

Em relação à educação, foi apontada a educação pública, gratuita de qualidade. Maior qualidade em relação aos professores, com currículos condizentes com a realidade atual e com as novas tecnologias que caracterizam a sociedade do conhecimento. Maior flexibilidade quanto aos calendários serem combinados com o trabalho e o estudo nas cidades e áreas rurais. Além da garantia de continuidade educativa, do ensino secundário até o universitário (NOVAES e RIBEIRO, 2010, p. 58).

Sobre trabalho, a necessidade do trabalho digno e novas oportunidades de inserção produtiva, que assegure remuneração condizente e direitos trabalhistas, além de incentivos públicos para o desenvolvimento de novas ocupações criativas na área da cultura, da agroecologia, das ocupações sociais. O objetivo é aliar inserção produtiva com os valores da economia solidária (NOVAES e RIBEIRO, 2010, p.58).

Quanto a cultura, a ampliação de possibilidades de acesso e escolha de como usar o tempo livre, desfrutar dos momentos de lazer e ter acesso ao patrimônio cultural material e imaterial de seu país. Esse acesso é uma demanda de redistribuição e de reconhecimento. Redistribuição pois os equipamentos culturais estão concentrados nas áreas centrais e nobres das cidades, e reconhecimento dos diferentes estilos e expressões culturais entre os jovens, principalmente os atingidos por vulnerabilidades de preconceitos étnicos, raciais e periféricos (NOVAES e RIBEIRO, 2010, p. 58).

A questão de vida segura, onde a valorização da diversidade e dos direitos humanos sejam temas chaves no debate de segurança pública. A concepção de vida segura deve articular o combate à violência com os demais eixos da agenda pública de juventude, como a educação, o trabalho e a cultura. Não por acaso, no combate às distintas formas de violência, amplia-se a referência aos direitos humanos ampliados. As PPJs na área de segurança devem

contemplar a busca de justiça e dos direitos de cidadania e o combate aos preconceitos e a valorização da diversidade cultural juvenil (NOVAES e RIBEIRO, 2010, p. 59).

O meio ambiente é uma questão que também preocupa os jovens organizados, pois a sustentabilidade socioambiental garante a qualidade de vida juvenil. A “educação ambiental” é vista como uma importante via para favorecer a circulação de informações e proporcionar elementos para negociação, escolhas e pactos societários. Através da ecologia os jovens da cidade e do campo se conectam com as questões de seu tempo, fazendo dialogar velhos problemas com novas motivações. Essa perspectiva acena para o fortalecimento de novas áreas profissionais (agentes comunitários ambientais, turismo ecológico, produtos certificados, etc.), além de ser uma alternativa em relação ao esgotamento das carreiras tradicionais, e o próprio futuro do planeta (NOVAES e RIBEIRO, 2010, p. 59).

Por fim, os meios de transporte e locomoção. Tanto para jovens que vivem em áreas rurais como para jovens urbanos, a falta de linhas de transporte ou de dinheiro para pagá-lo tornou-se um ponto definidor de restrições para continuar estudando, conciliar estudo e trabalho, acesso ao lazer e a própria convivência juvenil. Pensado da ótica do “direito à cidade”, o transporte público deveria assegurar à juventude a possibilidade de circular e se apropriar dos equipamentos urbanos (NOVAES e RIBEIRO, 2010, p. 60).

O interessante é que esses temas entram em consonância com as demandas dos demais movimentos sociais. Estes incorporam valores comuns à visão altermundista em relação aos valores capitalistas imperantes. No momento em que a sociedade como um todo percebe que a reivindicação juvenil não é nada mais do que aquilo que todas as pessoas comuns de certa forma também querem, certamente o apoio às pautas juvenis serão mais valorizadas e apoiadas.

5 ESTUDO DE CASO: BRASIL E PARAGUAI

Esse capítulo será voltado para o estudo de caso das PPJs implementadas no Brasil e no Paraguai desde o momento da redemocratização de cada país, até o presente momento, destacando as principais ações desses estados para com a juventude.

5.1 Brasil

No Brasil, a história das PPJs teve um histórico um pouco diferenciado em relação aos demais países da América Latina. As ações desencadeadas pelas agências da Organização das Nações Unidas – ONU - a partir do Ano Internacional da Juventude, em 1985, não tiveram a mesma repercussão que em outros lugares, produzindo pequeno impacto na formulação de programas ou organismos específicos de políticas para esse segmento. Naquele momento, o tema em relevância não era a juventude, mas sim a infância. O foco da preocupação foi centrado na questão das crianças e dos adolescentes em situação de risco, que emergiu como um tema de extrema gravidade, desencadeando tanto uma onda de pânico social como uma importante mobilização em torno da defesa dos direitos desses segmentos. Dessa preocupação surge o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, instrumento fundamental para gerar a ideia de crianças e adolescentes como sujeitos de direito.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, 50,5 milhões de brasileiros e brasileiras - 28% da população do país - têm entre 15 e 29 anos de idade. O peso numérico desse segmento populacional na atualidade e o fato de que suas condições sociais têm impacto no presente e no futuro do país, por si, justificariam políticas públicas específicas para este setor. Além disso, no âmbito da ONU, a implementação de uma Política Nacional de Juventude é um compromisso de seus Estados-Membros desde a adoção do Programa Mundial de Ação para a Juventude, estratégia internacional para o enfrentamento dos desafios atuais da juventude, aprovado pela Resolução nº 50/1981, da Assembleia Geral das Nações Unidas, reconhecendo que os jovens são uma força positiva com grande potencial para contribuir para o desenvolvimento e o progresso social, bem como para a promoção dos direitos humanos.

É importante ressaltar que a juventude, como tema político, emerge depois do processo de redemocratização da sociedade brasileira, momento mais intenso sobre a consolidação dos direitos de cidadania, corporificado no processo da Assembleia Nacional Constituinte no fim da década de 1980.

Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) encontramos iniciativas públicas voltadas para o segmento juvenil, porém sem foco nos parâmetros para a juventude. Assim, essas ações eram destinadas indistintamente a crianças, adolescentes e jovens. Nesse quadro de heterogeneidade de parâmetros sobre a dimensão etária da juventude, a infância pode se alargar até os 16 anos de idade e o jovem ser designado como maior de 10 anos de idade⁷ (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 22).

Nos últimos dez anos, o debate sobre a juventude e, principalmente, sobre políticas públicas para o segmento aumentou consideravelmente, envolvendo uma miríade de atores de âmbitos distintos e em diferentes arenas públicas: gestores locais buscando se articular e aumentar sua força política e orçamentária; ONGs e entidades da sociedade civil aumentando o escopo de suas ações e procurando constituir redes para propor e executar políticas públicas; fundações empresariais e organismos de cooperação internacional financiando projetos da sociedade civil e programas públicos; núcleos acadêmicos e instituições ligadas à ONU realizando pesquisas para diagnósticos e fomentando espaços públicos de debate; parlamentares instituindo comissões públicas no âmbito legislativo para o acompanhamento e a proposição de políticas públicas e estabelecimento de marcos legais para o tema.

Particularmente, nos últimos cinco anos, esse processo foi intensificado com a configuração de atores e espaços mais articulados e visíveis, além da recente criação de uma estrutura nacional para o desenvolvimento de políticas especificamente pensadas para a juventude. É possível identificar algumas vertentes que contribuíram para a criação do ambiente que permitiu, finalmente, que a juventude emergisse como tema de política no Estado brasileiro.

Iniciativas desenvolvidas por agências da ONU (como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Fundo de População das Nações Unidas – FNUAP) ajudaram a construir e consolidar através de pesquisas, seminários, oficinas de capacitação, trocas de experiências em fóruns internacionais e apoios a programas e projetos de cooperação técnica certos conceitos e diretrizes de ação nesse repertório, principalmente nos temas de educação e saúde.

A partir do final dos anos 90, atores políticos (basicamente aqueles ligados a partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores – PT – e o Partido Comunista do Brasil –

⁷ O primeiro exemplo é o caso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), implementado pelo Ministério de Desenvolvimento Social em 1998, cuja população alvo se estende até aos 16 anos. O segundo exemplo é o Programa Saúde do Adolescente e do Jovem, implementado pelo Ministério da Saúde em 1998, que circunscreve a juventude brasileira na ampla faixa que vai de 10 a 24 anos.

PCdoB) encampam o assunto, dispostos a transformar a juventude em tema de relevância política nacional. É assim que, em 2003, o Governo Federal, pela primeira vez no país, instalou um canal para a articulação dos seus programas setoriais de juventude com a criação de um grupo de trabalho interministerial em conjunto com os movimentos juvenis organizados, resultando na criação de um arcabouço institucional específico para políticas de juventude em 2005: a Secretaria Nacional de Juventude, com caráter de articulação entre as políticas desenvolvidas pelos diferentes Ministérios, e o Conselho Nacional de Juventude – Conjuve, órgão de articulação entre governo e sociedade civil, consultivo e propositivo.

Importante ressaltar que o Conjuve é formado por representantes do poder público e da sociedade, onde a representação da sociedade civil é dois terços dos membros do Conselho e engloba entidades, movimentos e redes de jovens, de ONGs que trabalham com os mais diversos segmentos juvenis e de especialistas na temática da juventude. Os Ministérios que desenvolvem programas e ações voltados para a juventude também integram o Conselho, além de representantes do Fórum de Gestores Estaduais e da Frente Parlamentar de Políticas Públicas de Juventude e das entidades municipalistas. A constituição do Conselho transforma em política de Estado a questão da juventude e revela um consistente pacto pelos direitos dos jovens (SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006, p. 09).

Ao mesmo tempo, o Governo Federal definiu a execução de um grande programa nacional de inclusão dirigido a jovens entre 18 e 24 anos em situação de vulnerabilidade social (fora da escola e do trabalho, sem ter ainda concluído o ensino fundamental), chamado Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem. Apesar desse processo ainda estar no início, foi o maior avanço na consolidação pública do tema até aqui (SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006, p. 35).

Outro programa com grande relevância no Brasil é o Programa Universidade para Todos – ProUni – que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos, o ProUni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino

Médio – ENEM - conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

O ProUni possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência, o convênio de estágio MEC/CAIXA e o FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa. Já foram beneficiados, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2010, 748 mil estudantes, sendo 70% com bolsas integrais.

Desde 2007, o ProUni - e sua articulação com o FIES - é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Assim, o Programa Universidade para Todos, somado ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, a Universidade Aberta do Brasil e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ampliam significativamente o número de vagas na educação superior, contribuindo para o cumprimento de uma das metas do Plano Nacional de Educação, que prevê a oferta de educação superior até 2011 para, pelo menos, 30% dos jovens de 18 a 24 anos (PROUNI), conforme aponta nosso histórico em ações relacionadas a educação aqui no Brasil.

Em 2003, foi também criada a Frente Parlamentar de Juventude na Câmara Federal, que organizou uma série de audiências públicas em torno do tema, assim como um seminário e uma conferência nacional voltados para a estruturação de um Plano Nacional de Juventude, o Projeto de Emenda Constitucional 42/2008, ou apenas PEC da Juventude, que formaliza o jovem como sujeito de direito na Constituição Brasileira, promulgada em 13 de julho de 2010 (SENADO). Os parlamentares envolvidos nessa frente também têm tido atuação significativa na aprovação dos decretos e das leis propostas pelo governo federal para a criação dos órgãos e programas dirigidos a esse segmento.

Outra ação importante do Governo Federal foi a I Conferência Nacional de Juventude, onde em três etapas distintas – municipal, estadual e federal – a juventude brasileira debateu quais seriam as principais ações que o governo deveria fazer para ela. Essa conferência foi realizada durante o ano de 2007, com a participação de diferentes entidades voltadas para o público jovem. Em setembro de 2010, o Presidente Lula assinou o decreto que conclama a realização da II Conferência em 2011, para assim ampliar a participação do segmento juvenil no fomento das PPJs.

5.2 Paraguai

A juventude paraguaia, segundo relatório sobre aquele país, possuía 62,6% da população menor que 30 anos em 2006, sendo 22,5% menores de 10 anos e 77,5% em idade de trabalho. Existe no país uma sensível incorporação prematura de crianças entre 10 e 14 anos no mercado de trabalho.

Quanto à escolaridade, fontes do Ministério de Educação indicam que 46% de pré-adolescentes entre 12 e 14 anos em idade de cursar o 3º Ciclo da Escola de ensino Básico se encontram fora das salas de aula, 61% de adolescentes entre 15 e 17 anos em idade de cursar o Ensino Médio não estão matriculados no sistema educacional. A juventude que reside em áreas rurais permanecem menos tempo no sistema educativo que a urbana, pois 81% da juventude campesina não está cursando o Ensino Médio. A média de anos de estudo é 7,8 e a população atendida na Escola de Ensino Básico público passou de 650.000 em 1992 a 1.230.000 em 2004. A evolução da matrícula no Ensino Médio entre 2005 e 2006 tem sido de 8%, somando mais de 15.000 alunos anualmente no sistema. Dos indicadores de rendimento na Educação Básica e Média, o conjunto entre 1983 a 1994 evoluiu de 15% em 1994 a 27% em 2005, sendo em 2006 de 30%. O total de ingressados em 2006 foi de 58.760 alunos somando todas as especialidades. O acesso à universidade é um drama que padece a juventude paraguaia, mais ainda quando provenientes de setores populares. Por exemplo, 1 a cada 100 jovens rurais tem acesso ao nível de educação superior (CAPUTO, SEGOVIA e KRESTCHMER, 2007, p. 14).

A capital Asunción atua como polo metropolitano central de outros 11 municípios limítrofes que conformam a Área Metropolitana de Asunción – AMA - donde residem quase 30% da população paraguaia (1.504.430 habitantes) com uma densidade média de 2.855 pessoas por km², embora existam municípios que alcançam mais de 5.450 habitantes por km². 36% da população paraguaia se concentram num raio de 35 km ao redor da capital (aproximadamente 1% do território nacional) enquanto 43% se assentam num raio de 100 km em torno de Asunción, além de que 67,9% da população possuem menos de 30 anos de idade, porcentagem superior à média nacional de 64%. Mais especificamente, a população juvenil se divide em 12,7% tem de 5 a 9 anos de idade, 12,2% de 10 a 14 anos, 11,5% de 15 a 19 anos e 10,6% de 20 a 24 anos (CAPUTO, SEGOVIA e KRESTCHMER, 2007, p. 21).

Esse desenho populacional nos indica algumas coisas. Primeiro que a maior parte das famílias da AMA tem menos de dois filhos em idade de escolarização. Segundo, que mesmo havendo vários sub-polos de atração diária de população trabalhadora e, em especial,

estudantil, às cabeceiras dos municípios, a cidade de Asunción é o principal polo de absorção, equivalente ao dobro de sua população. Tanto Asunción como o Departamento Central absorvem 42% do total de alunos matriculados na Educação Média, com três anos de duração. É importante ressaltar que histórica e quantitativamente a maior parte de estabelecimentos de nível médio e a força do associativismo estudantil, precisamente, tem sido na AMA (CAPUTO, SEGOVIA e KRESTCHMER, 2007, p.22).

Sem dúvida, o contudente das lutas de coletivos juvenis como os da Associação de Agricultores do Alto Paraná – Asagraba - e a Federação Nacional de Estudantes Secundaristas – FENAES - , é que suas demandas possuem uma enorme envergadura no espaço público, fomentando o desenvolvimento de uma cultura política distinta da autoritária, cujas práticas organizativas estão mais voltadas a democracia direta interna; novos valores e discursos, centrados nos direitos humanos e na cidadania; se produz uma redefinição de identidades; tanto camponeses, estudantes e jovens, possuem percepções mais voltadas a realidade nacional e de juventude, além da abertura a uma participação em espaços mais universais, com identidades mais horizontais e democráticas; e aparição de lideranças sociais de alta legitimidade nas bases, em permanente renovação (CAPUTO, SEGOVIA e KRESTCHMER, 2007, p. 26).

A implementação do Vice-Ministério de Juventude – VMJ - em 1994 não necessariamente gerou maiores programas articulados para a transformação do jovem em sujeito de direito no país guarani. Suas ações são muito fragmentadas, e questionadas, no que se refere a programas e projetos para a juventude. O escasso orçamento destinado a esta pasta de 50 milhões de guaranis (pouco mais de US\$ 10 mil) em 2006, além do pouco capital técnico e a própria legitimidade deste, demonstra que os investimentos em PPJs é praticamente nulo (CAPUTO, SEGOVIA e KRESTCHMER, 2007, p. 15).

Além disso, nos últimos três anos se tenta construir no país uma proposta de Lei de Juventude, que há um ano se encontra paralisada na Comissão de Igualdade Social e de Gênero da Câmara dos Deputados, questionada pelas organizações juvenis com maior trajetória. Dessa forma, o retrato do Paraguai em relação às PPJs é um vazio nesse campo, colocando as pessoas jovens como “não sujeitos” de políticas (CAPUTO, SEGOVIA e KRESTCHMER, 2007, p. 15).

Nos últimos anos, a juventude paraguaia tem contado com o aparato estatal somente uma política, além do serviço militar obrigatório, que são os serviços educativos. Todavia a atualidade das boas intenções da Reforma Educativa demonstra que na verdade apenas quatro em cada dez jovens (com aproximadamente 17 anos de idade) estão no nível médio. Isso que

nos anos noventa havia sido gerado alguns programas fragmentados para os jovens (CAPUTO, SEGOVIA e KRESTCHMER, 2007, p. 16).

Constatamos que, apesar de não existir uma política integral para a juventude paraguaia, existem alguns programas setoriais, como a questão da saúde na adolescência feita pelo Ministério de Saúde Pública e Bem Estar Social, com apoio importante de agências internacionais. Também encontramos algumas unidades dentro do Estado, como a Direção de Gênero e Juventude Rural ou a Direção de Educação Agrária do ministério da Agricultura, que fazem algumas ações, porém com enormes dificuldades orçamentárias e sem enfoque específico em juventude. Esse cenário, claro, é antes das eleições que colocaram o ex-bispo Fernando Lugo no poder em Asunción.

Ainda referente ao período anterior de 2008, sobre trabalho e renda, quanto a matéria legislativa, foi criada uma norma importante no que se refere a inserção trabalhista da juventude, que é a Lei 1980 sobre o “Primeiro Emprego”, vigente desde 2002, porém sem ser posta em prática devido diversos obstáculos constitucionais. Durante 2007 várias organizações não governamentais estão propondo sua modificação. Muitos destes problemas são potencializados pelo fato do Paraguai ser um Estado muito centralizador, dificultando assim as ações mais próximas junto ao público-alvo de suas demandas.

Após a vitória do Presidente Lugo no país guarani, algumas ações começam a ser feitas para o fortalecimento do VMJ. São políticas públicas que têm como objetivo afirmar o Jovem como sujeito de direito de fato. A partir de 2009, começam a entrar em prática algumas ações voltadas diretamente para a juventude, como a Tarjeta de la Juventud, que em conjunto com o Banco Nacional de Fomentos, oferece descontos a produtos e serviços de saúde, cultura, educação e esportes, entre outros, apenas por ser jovem. Sua implementação começou a partir de Assunção e sua Região Metropolitana, e até o final de 2010 existe a intenção de atingir todo o país (VMJ).

O orçamento destinado para o VMJ em 2010, foi de 463 milhões de guaranis (equivalente a US\$ 165.357,14), sendo que o próprio Presidente Lugo pediu ao congresso um adicional de 1.000 milhões de guaranis, pois o orçamento é ainda considerado escasso para atender a juventude paraguaia como um todo. Com esse adicional, o orçamento está nesse momento ao equivalente a US\$ 500.000,00 (CAMINO AL PARAGUAY).

Porém, mesmo com escassos recursos, o VMJ conseguiu em 2010 fazer diversas ações e políticas para a juventude, firmando convênios e criando ações positivas, além da Tarjeta de la Juventud. Podemos citar a I Encuesta de La Juventud, que seria o equivalente a Conferência

Nacional de Juventude realizada no Brasil em 2008, onde será levantada as demandas que a própria juventude paraguaia definirá como prioridade no país (VMJ).

O VMJ hoje está sendo comandado pela jovem Diana Garcia, jovem integrante do P-Mas (Partido do Movimento ao Socialismo), partido esse integrante da Frente Guasu, criada em março de 2010, composta também pelo Partido Popular Tekojoja, Partido Revolucionário Febrerista, Partido Comunista Paraguayo, entre outros com vertente ideológica de esquerda.

A Vice-Ministra vem fazendo diversas ações desde que assumiu o cargo, entre elas o Mês da Juventude Paraguaia, com shows de rock e músicas voltadas para a juventude, a Feira de Oportunidades, o Programa Saúde em tuas Mãos, os Centros de Referências de Juventudes nas principais cidades do interior, além do incentivo à democracia ajudando a formar um novo conceito de Centros Estudantis em escolas de ensino médio do Paraguai com enfoque na participação e horizontalização de suas ações (VMJ).

Outra PPJ que chama a atenção é o 5000 próceres, campanha que surge no próprio site do VMJ, onde busca integrar os jovens paraguaios a esse momento de mudanças no país. Os próceres são heróis da independência do Paraguai, e essa referência surge para resgatar os jovens a participarem das formulações do VMJ. O 5000proceres.com.py é o primeiro banco de ideias novas para melhorar o país. Esse banco tem como objetivo ser a base para a execução dos projetos juvenis e as próprias PPJs. Como é colocado no site, “es decir es la forma de mostrar que la Juventud del Bicentenario tambien tiene propuestas e ideas revolucionarias para la construccion de um pais mejor”. Os cinco temas centrais são: Saúde, Educação, Participação, Cultura e Trabalho (5000 PROCERES).

Entendem-se como próceres os paraguaios e paraguaias, as gerações que se comprometeram em diferentes momentos históricos, lutaram para criar, fortalecer, e incentivar os diferentes direitos no Paraguai. Toda a geração que compartilhava ideias de mudanças, por diferentes meios. Hoje existem na história documentos que expressam o intercâmbio de ideias, cartas, jornais, pronunciamentos, boletins, etc. Em suma, esse é o espírito que se busca incentivar na vida dos jovens ativamente, compromissos com as mudanças e não apenas com a imagem estagnada da história oficial. Com o Bicentenario do Paraguai, o site lança um desafio: Não existem mais jovens próceres nesse país? Assim, o site propõe duas semelhanças com os próceres da história: somos jovens com ideias jovens, com ideias revolucionarias, e a possibilidade de mudar a história (5000 PROCERES).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Séc. XXI inicia com algumas certezas, entre elas de que a juventude hoje é uma categoria social reconhecida tanto no nível acadêmico como na própria sociedade. E por esse reconhecimento, os governos procuram incrementar políticas públicas reconhecendo essa categoria como sujeito de direitos.

De fato, conforme apontamos nessa monografia, os governos sul-americanos que chegaram ao poder através de um massivo apoio popular e com propostas pós-neoliberais, como os estudados aqui, buscam fazer ações voltadas ao público jovem, nas quais o próprio jovem aponta os seus anseios em relação ao governo, levando em consideração o que eles desejam, através de conferências e pesquisas.

Claro que nem tudo são flores, pois existem setores da sociedade que ainda têm dificuldades em aceitar que o jovem possa escolher o que é melhor para si. No Paraguai, o VMJ encaminhou no início de novembro desse ano uma proposta de Estatuto de Juventude ao Congresso Nacional do país, sendo rejeitado pelos deputados, por entenderem que a maioria civil seja diminuída para 15 anos, interpretação equivocada ao que foi proposto, tanto pelo VMJ quanto à orientação da Unesco.

A própria demora do Congresso Nacional Brasileiro em aprovar PEC da Juventude, que estava em tramitação desde 2002, é um exemplo da dificuldade da população adulta em reconhecer que o jovem pode interferir junto ao Estado, sem a necessidade de uma tutela que diga o que a juventude necessita.

Outra dificuldade encontrada está no próprio sistema econômico, que através de suas crenças consumistas e individualistas, continuam a vender a imagem de que para ser jovem é necessário comprar o produto X ou usar a marca Y. Além da questão da violência e o destrato para com a vida, conforme observamos nos noticiários a respeito da imprudência no trânsito feita majoritariamente por jovens e da violência gratuita de setores de jovens de classes mais altas. Obviamente muitos jovens aceitam essa ideologia, mas também, por outro lado, é crescente o número de jovens que se engajam em alguma causa, desde questões ambientais e de direitos humanos, até a própria luta política de classe.

Também devemos ressaltar os avanços das PPJs no país guarani. Além da ampliação no orçamento nacional ao VMJ, as políticas públicas estão tendo a preocupação de garantir o acesso dos jovens à sociedade, escutando suas demandas e necessidades. Quanto a questão escolar, atualmente o governo paraguaio cedeu aos estudantes *netbooks* para terem acesso à informática. A própria iniciativa de fomentar os centros estudantis nas escolas já demonstra a

importância da participação dos jovens nos espaços públicos no qual convivem, no caso a escola.

Notamos assim que em ambos os países, a questão educacional está sendo o foco das PPJs. No Brasil, o ProJovem e o ProUni são as principais PPJs no país, dando acesso maciço dos jovens de classes mais baixas aos aparelhos educacionais. No Paraguai, não foi identificado até o momento ações referente a esse tipo de acesso geral. Porém, a ampliação de aparelhos tecnológicos nas escolas existentes demonstram essa preocupação em garantir qualidade nesse aspecto.

Nas demais áreas apontadas pelas organizações juvenis sul-americanas, sobre emprego a preocupação central tem sido a garantia das leis trabalhistas e a ampliação das vagas laborais, com o aquecimento das economias de ambos os países, porém sem muitas ações específicas para a juventude. Da mesma forma nos campos de segurança, ecologia e transporte público, não foram localizadas algo referente ao segmento juvenil.

A respeito da área cultural, a formação dos processos de Conferências e Pesquisas junto a juventude demonstra o real interesse dos governos em ouvir o que os jovens tem a dizer. A Semana da Juventude no Paraguai realizada em setembro é um grande avanço em relação ao campo cultural. No Brasil, ainda não foi realizada uma ação que tenha a mesma envergadura como no país guarani, além da Conferência Nacional de Juventude.

Assim, retomando as hipóteses levantadas nesse trabalho, no Brasil se confirma a primeira hipótese, pois o país tem se empenhado em garantir PPJs para o seguimento juvenil, com ênfase na área educacional. Já no caso paraguaio, se confirma a segunda hipótese, pois há um real interesse do Governo Lugo em criar PPJs, porém com muitos entraves para sua implementação, principalmente pelos colocados pelo parlamento paraguaio.

Em agosto de 2010, foi realizada no México a I Conferência Mundial de Juventudes, onde os governos e representantes da sociedade civil de diversos países se encontraram, e definiram as pautas para a formulação de PPJs em todos os países. Cada continente realizou suas respectivas Pré-Conferências no início de 2010, sendo a da América Latina e do Caribe realizada em Salvador (Brasil) em março de 2010. Isso já demonstra que não só os movimentos juvenis organizados, como também o próprio Estado, já buscam formas de reconhecer no jovem seu papel para esse novo século.

Esse momento histórico abre várias perspectivas para a juventude da América Latina: uma delas é o reconhecimento da necessidade de ampliar as relações com os jovens dos outros países do bloco, aumentando os intercâmbios culturais com os países do continente, para assim melhor se conhecerem. Outra possibilidade que surge é a mudança dos paradigmas

econômicos, onde a América Latina tem reais possibilidades de ter sua soberania em relação às potências tradicionais. Mas para isso, os movimentos juvenis e a juventude de maneira geral têm que estar conscientes de que são eles que vão garantir essa soberania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAD, Miguel. **Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia ciudadana y nueva condición juvenil**. Revista Última Década, CIDPA, nº 16 pp.119-155, Viña del Mar, 2002.
- ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.
- _____. **Juventudes em foco: reflexões sobre uma experiência sul-americana de pesquisa**. In: NOVAES, Regina Reyes; RIBEIRO, Eliane. (Org.). Livro das juventudes sul-americanas. Rio de Janeiro: Ibase, 2010. p.147.
- ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**, In. SADER, Emir e GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. 2.ed, Editora LTC, Rio de Janeiro, 2006.
- BAQUERO, Rute Vivian Angelo. **(Des)construindo a democracia: a educação política do jovem (Revista do Ensino – 1964-1978)**, In. BAQUERO, Marcello. **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BANGO, Júlio. **Participación juvenil e Institucionalidad pública de Juventud: Al rescate de la diversidad**. Revista Última Década, CIDPA, nº 10, pp. 53-67, Viña del Mar, 1999.
- BORÓN, Atílio. **A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal**, In. SADER, Emir e GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CAMINO AL PARAGUAY. **Lugo escucha protesta juvenil em festival de rock**. Disponível em: <http://alparaguay.blogspot.com/2009/09/paraguay-lugo-escucha-protesta-juvenil.html>
Acesso em: 10 de nov. 2010.
- CAPUTO, Luis; SEGOVIA, Diego; KRESTCHMER, Regina (Org.). **Juventud e Integración Sudamericana: caracterización de situaciones tipo y organizaciones juveniles. Las demandas en situación, del movimiento campesino y estudiantil en Paraguay**. Asunción: Base IS, 2007.
- DOMÍNGUEZ, Maria Isabel. **Los Movimientos Sociales y la Acción Juvenil: apuntes para um debate**. Revista Sociedade e Estado, v. 21, n.1, pp. 67-83, Brasília, 2006.
- FERNANDES, Luís. **Neoliberalismo e reestruturação capitalista**, In. SADER, Emir e GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- KEIL, Ivete Manetzeder. **Dos jovens contestadores aos jovens de hoje. Uma nova forma de participação na pólis?**, In. BAQUERO, Marcello. **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- KFURI, Regina e LAMAS, Bárbara. **Entre o Mercosul e os EUA: as relações externas do Paraguai**. Observador On-Line nº 9, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2007.

MORAES, Ceres. **Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

_____ ; COLMAN Evaristo. **A guerrilha da FULNA: considerações preliminares**. In: **IX Encuentro del Corredor de las Ideas del Conosur**, 2008, Assunção. **IX Encuentro del Corredor de las Ideas del Conosur**. Assunção : Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 2008.

NOVAES, Regina Reyes; RIBEIRO, Eliane. (Org.). **Livro das juventudes sul-americanas**. Rio de Janeiro: Ibase, 2010.

PROUNI. **ProUni - O programa**. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br>. Acesso em: 12 de nov. 2010.

SADER, Emir. **A hegemonia neoliberal na América Latina**, In. SADER, Emir e GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. **A vingança da história**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: 2006.

SENADO FEDERAL. **PEC do Divórcio e PEC da Juventude serão promulgadas pelo Congresso na próxima terça-feira**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/verNoticia.aspx?codNoticia=103417&codAplicativo=2>. Acesso em: 20 de set. 2010.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Revista Sociologias n° 16, pp. 20-45, Porto Alegre, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes e CARRARO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação n° 24, pp. 16-39, 2003.

THERBORN, Göran. **Pós-neoliberalismo**, In. SADER, Emir e GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

VICEMINISTERIO DE LA JUVENTUD – PARAGUAY. **Tarjeta Joven del VMJ**. Disponível em: <http://paraguayjoven.gov.py/site/2010/02/24/tarjeta-joven-del-vmj.html>. Acesso em: 10 de out. 2010.

VICEMINISTERIO DE LA JUVENTUD – PARAGUAY. **I Encuesta Nacional de Juventud**. Disponível em: <http://paraguayjoven.gov.py/site/2010/07/26/i-encuesta-nacional-de-juventud-2.html>. Acesso em: 10 de out. 2010.

VICEMINISTERIO DE LA JUVENTUD – PARAGUAY. **Centros de Estudiantes.** Disponível em: <http://paraguayjoven.gov.py/site/2010/10/29/un-nuevo-concepto-de-centro-de-estudiantes-2.html>. Acesso em: 01 de nov. 2010.

5000 PROCERES – PARAGUAY JOVEN. **5000 proceres.** Disponível em: <http://5000proceres.com.py/site>. Acesso em: 10 de out. 2010.